

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ALAN NUNES CARDOSO**

**SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTO NO SETOR PÚBLICO: ESTUDO NA  
GESTÃO DE CUSTOS DA FROTA VEICULAR DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA - SC**

**CRICIÚMA**

**2018**

**ALAN NUNES CARDOSO**

**SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTO NO SETOR PÚBLICO: ESTUDO NA  
GESTÃO DE CUSTOS DA FROTA VEICULAR DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA - SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Manoel Vilsonei Menegali.

**CRICIÚMA**

**2018**

**ALAN NUNES CARDOSO**

**SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTO NO SETOR PÚBLICO: ESTUDO NA  
GESTÃO DE CUSTOS DA FROTA VEICULAR DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA - SC**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade de Custos.

Criciúma, 05 de Julho de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Manoel Vilsonei Menegali – Especialista - UNESC

---

Prof. Andréia Cittadin - Mestra - UNESC

---

Prof. Alex Sander Bristot - Especialista - UNESC

**Dedico este trabalho aqueles que são essenciais para mim: meu pai Saulo, minha mãe Marlei, meu irmão Raphael, minha vó Salete e minha esposa Pâmela.**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, em primeiro lugar, pela força, coragem, determinação e proteção durante esta longa jornada.

À minha Família, pelo amor, incentivo, confiança e apoio incondicional, itens que foram decisivos para a conclusão desta etapa da minha formação.

Meu agradecimento especial a minha esposa, minha companheira que esteve comigo me ajudando e me apoiando em todos os momentos o meu “Muito, Muito Obrigado”.

Ao professor orientador, Prof. Esp. Manoel Vilsonei Menegali, por aceitar este desafio, pela dedicação e estimadas contribuições e orientações que nortearam a elaboração e concretização deste artigo.

À equipe de professores da coordenação do curso, pela parceria, incentivo, pela destreza em compartilhar o conhecimento e pelos bons momentos que passamos juntos.

Aos colegas do curso de Ciências Contábeis, por nossa união a mais de quatro anos entre elaboração de trabalhos em equipe, as descontrações na cantina, no bar e nos finais de semana, aos companheiros Xina, Crisitian, Luiz Felipe, em especial ao meu companheiro Fabio Gomes, minha dupla de estudo desde a primeira fase do curso.

Aos meus colegas de trabalho do departamento de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Criciúma, pelo incentivo e cooperação, principalmente na fase final desde artigo.

**“Ninguém nunca vai bater tão forte como a vida. Mas a vida não é sobre quão forte você bate. Mas sobre quanta pancada você consegue aguentar. E ainda assim seguir em frente. É assim que se vence!”**

**Sylvester Stallone**



## SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTO NO SETOR PÚBLICO: ESTUDO NA GESTÃO DE CUSTOS DA FROTA VEICULAR DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA - SC

Alan Nunes Cardoso<sup>1</sup>

Manoel Vilsonei Menegali<sup>2</sup>

**RESUMO:** As entidades públicas representam uma forma organizacional extremamente importante para a sociedade, já que seus gastos são financiados pelo dinheiro da população. Uma eficiente gestão desses recursos é fundamental e, nesse sentido, torna-se essencial a utilização de ferramentas da contabilidade, sobretudo a contabilidade de custos, para assessorar os gestores na tomada de decisão e apresentar informações claras aos contribuintes. O objetivo deste estudo é desenvolver uma proposta de modelo de subsistema de informação de custos para os veículos pertencentes ao Município de Criciúma. Quanto à metodologia, a pesquisa utilizada foi a bibliográfica, apresentando referencial teórico acerca do tema abordado; um estudo de caso de caráter descritivo e natureza qualitativa, com aprofundamento do conhecimento sobre o controle dos custos; a pesquisa documental com das informações contidas nas planilhas de controle do departamento de patrimônio do Município de Criciúma o qual o autor atua no cargo de chefe da frota veicular, caracterizando também a pesquisa como participante. Nesse contexto, evidencia-se a importância do controle de custos dentro da entidade pública, os relatórios com as informações organizadas e acumuladas da frota veicular governamental fornecem ao gestor da entidade pública uma visão ampla dos gastos da frota por objeto de custo, facilitando de forma efetiva o processo decisório acerca dos veículos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade de custos. Custos públicos. Frota veicular.

**ÁREA TEMÁTICA:** Contabilidade de Custos

### 1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 12.527 de 18 de Novembro de 2011 refere-se a garantia de transparência nas informações dos órgãos públicos, com respaldo nesta lei a população cobra cada vez mais a aplicação dos recursos públicos de forma correta, incentivado assim os administradores das instituições governamentais a buscarem formas de mensurar os custos no setor, visando à redução de gastos e a eficiência na gestão.

A contabilidade de custos é essencial no controle e desenvolvimento das entidades, pois esta registra fielmente as informações referentes às operações (CREPALDI, 2004).

Já, a Resolução CFC nº. 1.136/2008 paragrafo 3º destaca que a “Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) é o ramo da ciência contábil que

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

<sup>2</sup> Especialista, UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público”. CFC (2008).

A CASP apoia o processo de decisão mensurando os dados obtidos sobre os resultados e os aspectos de natureza orçamentária, financeira e econômica do patrimônio da entidade governamental CFC (2008).

É importante para a população ter conhecimento dos custos de cada serviço prestado pela entidade pública, uma vez que a população custeia esses gastos através das obrigações tributárias. Nesse sentido, o governo precisa buscar cada vez mais ferramentas que maximizem seus recursos, gerenciando seus custos de maneira cada vez mais eficaz.

No contexto apresentado, este trabalho se propõe a responder a seguinte questão problema: Qual a realidade da implantação do subsistema de informação de custos na frota veicular do Município de Criciúma - SC?

Desse modo, o objetivo geral deste estudo é desenvolver uma proposta de modelo de subsistema de informação de custos para os veículos pertencentes ao Município de Criciúma - SC. Para atingir o objetivo geral, necessita-se atender aos seguintes objetivos específicos: i) Discorrer sobre as ferramentas da Contabilidade de Custos; ii) Caracterizar o processo de controle de veículos em uma frota pública; iii) Propor uma visão sistemática da arquitetura do SICSP para o Município de Criciúma, com o foco no custo da frota veicular.

A necessidade de transparência nas informações apresentadas pelo governo, justifica a escolha pelo tema abordado. A legislação brasileira vem, cada vez mais, garantindo à população o acesso às informações dos resultados das ações do governo. Como exemplo pode-se citar a Lei de Acesso às informações Públicas (Lei nº. 12.527/2011) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº. 101/00), ambas buscam a transparência e o acesso às informações relacionadas aos recursos públicos.

Embora o controle de custos venha aumentado notoriamente nos diversos setores públicos, essas informações, na área veicular municipal, ainda são bastante frágeis para efeitos de tomada de decisão.

Observa-se também, a necessidade de desenvolver um conjunto de diretrizes, norteadas pelos princípios e normas brasileiras de contabilidade, aplicada ao setor público na manutenção do Subsistema de Informação de Custos, baseando-se nas disposições da NBC TSP 16.11, a serem observadas pelos entes públicos no que se refere à frota de veículos.

Portanto, é importante que se desenvolvam estudos nessa área, para obter clareza nas informações, além de um melhor aproveitamento dos recursos e aperfeiçoamento de cada gestão. Pretende-se, ainda, que as informações geradas nesta pesquisa contribuam com o processo de tomada de decisão e prestação de contas, em relação à aplicação dos recursos públicos dentro do tema abordado.

Após a seção introdutória, o estudo está organizado da seguinte forma: seção 2 - fundamentação teórica; seção 3 – metodologia da pesquisa; seção 4 - apresentação e análise dos resultados; e seção 5 – considerações finais. Na fundamentação teórica, está abordada de forma sucinta a revisão literária de autores. Em seguida apresentam-se os procedimentos metodológicos com o método, abordagem, objetivos, estratégia e técnicas de pesquisa. Posteriormente,



são demonstrados os resultados. Em seguida são apresentadas as conclusões e as sugestões para pesquisas futuras a partir das limitações do estudo atual.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta o referencial teórico, com ênfase nas terminologias do Subsistema de Informação de Custos no Setor Público, que servirá de base para o desenvolvimento da pesquisa e estudo de caso, para o desenvolvimento do modelo de Subsistema de Informação de Custos no Setor Público.

### 2.1 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade é a sistemática de contas compostas por normas, regras e princípios para o registro, organização, demonstração e análise de dados, atendendo assim as necessidades internas e externas de uma entidade. É um ramo de conhecimento necessário para o controle, planejamento e gestão de finanças. Internamente, atende a parte da administração e externamente os acionistas, investidores e outros. Todo e qualquer negócio com finalidade financeira ou não, requer informação. Dessa forma, a contabilidade se divide em áreas específicas para atender as especificidades destas informações. A contabilidade de custos é uma destas áreas, porém, não é uma matéria independente, pois possui o mesmo objetivo da contabilidade; geração e análise de dados (FERREIRA, 2007 e SANTOS, 2011).

Com a ascensão do capitalismo no final do século XVIII em meio a Revolução Industrial surgiu a necessidade do controle de custos, pois as empresas que surgiam em decorrência desta modificação do sistema de produção, necessitavam de informações específicas, diferentes das informações geradas para empresas comerciais da era mercantilista. A apuração de custos ganhou evidência e importância no desenvolvimento industrial. Por meio da contabilidade de custos era possível saber se uma empresa estava obtendo lucro ou prejuízo, confrontando as receitas e despesas de determinado período, e verificando a diferença entre as receitas totais e custo da mercadoria vendida (MARTINS, 2010; SANTOS, 2011 e FERREIRA, J., 2007).

A Contabilidade de Custos assumiu uma posição importante para o desenvolvimento das empresas, fornecendo informações de custos para a Contabilidade Geral respeitando parâmetros impostos pelas normas contábeis. A Contabilidade de Custos passou, nessas últimas décadas, de mera auxiliar na avaliação de estoques e lucros globais, para importante estratégia no controle e apuração dos custos (DUTRA, 2003 e MARTINS, 2010).

Para melhor conhecer a sistemática de apuração dos custos, apresentam-se no Quadro 01 os principais termos.

Quadro 01 – Conceitos mais utilizados na contabilidade de custos.



<b>Terminologias</b>	<b>Conceitos Martins (2010)</b>	<b>Conceitos Crepaldi (2004)</b>	<b>Exemplos</b>
<b>Gasto</b>	Compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso). Sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro).	Desembolsos e compromissos assumidos pela empresa no desempenho de suas operações.	Compra de Matéria-prima, combustíveis, eletricidade, material de escritório, utensílios, e outros.
<b>Desembolso</b>	Pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço. Pode ocorrer antes, durante ou após a entrega da utilidade comprada, portanto defasada ou não do momento do gasto.	Pagamento da compra de um bem ou serviço.	Pagamento de Matéria-prima, combustíveis, eletricidade, material de escritório, utensílios, e outros.
<b>Investimento</b>	Sacrifícios financeiros para obtenção de bens ou serviços.	Gastos para aquisição de ativo.	Compra de maquinário, automóvel, imóvel, e outros.
<b>Custo</b>	Gastos relativos aos bens ou serviços utilizados na produção de outros bens ou serviços.	Gastos relacionados com a transformação de ativos.	Matéria-prima, energia aplicada na produção de bens, salários e encargos do pessoal da produção, e outros.
<b>Despesa</b>	Bem ou serviço consumido de forma direta ou indireta na obtenção de receitas.	Gastos consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receita.	Comissão para representante de vendas, folha de pagamento do setor administrativo, e outros.
<b>Perda</b>	Bem ou serviço consumido de forma anormal ou involuntária, não se pode confundir com despesas, muito menos com custo, pela sua característica de anormalidade.	São gastos não intencionais decorrentes de fatores externos.	Perdas com incêndios, obsolescência de estoques e outros.

Fonte: Adaptado de Crepaldi (2004) e Martins (2010).

A Contabilidade de Custos é crucial no controle e desenvolvimento das empresas, com a função de solucionar problemas complexos de estoque e registrar, detalhadamente as informações sobre as operações realizadas pela empresa, objetivando a geração de informações para melhor controle de gastos e subsidiar a tomada de decisões (CREPALDI, 2004).

Além da utilização de nomenclaturas é comum classificar os custos para atender às diversas finalidades para as quais são apurados. Eles podem ser classificados como custos diretos, custos indiretos, custos fixos e custos variáveis conforme mostra o Quadro 02.

Quadro 02 – Classificação dos custos



<b>Classificação</b>	<b>Categoria</b>	<b>Definição</b>	<b>Exemplos</b>
<b>Quanto ao volume de produção</b>	Custos Fixos	Independem dos volumes de produção ou de venda.	Salário dos encarregados.
	Custos Variáveis	Dependem dos volumes de produção ou de vendas, sendo diretamente proporcionais as suas variações.	Matéria-prima.
<b>Quanto à identificação</b>	Custos Diretos	Podem ser alocados aos bens produzidos ou aos serviços prestados.	Matéria-prima, materiais diretos e mão de obra direta.
	Custos Indiretos	Incorrem em todo o processo de fabricação de bens ou de prestação de serviços e, não sendo possível sua identificação com determinado produto ou serviço, precisam de um critério de rateio para serem identificados.	Depreciação, alugueis, salário dos encarregados.

Fonte: Adaptado de Ferreira, R.(2007) e Martins (2010).

Ferreira (2007) e Martins (2010) salientam que os custos de cada setor da empresa, classificados em diretos e indiretos, fixos e variáveis, são gastos aplicados na produção dos seus produtos ou serviços distribuídos na quantidade de produtos produzidos ou serviços prestados, fornecendo informação real quanto ao seu custo de produção ou prestação de serviço, gerando informações mais precisas para a empresa.

Dessa forma, a classificação dos custos tem por função atender as necessidades gerenciais, diferenciando-as conforme cada fase das operações. Esse detalhamento permite que os interessados coletem as informações de maneira mais detalhada e eficiente possível.

## 2.2 CONTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) é o ramo que aplica os princípios fundamentais de contabilidade e as normas contábeis no processo gerador de informações, direcionado ao controle patrimonial dos órgãos públicos. Seu objetivo é o patrimônio público e, nesse sentido, a CASP apoia o processo de decisão apresentando informações sobre os resultados obtidos e os aspectos de natureza orçamentária, financeira e econômica do patrimônio da organização pública CFC (2008).

Sua função social é a de apresentar o ciclo da administração pública para demonstrar as informações essenciais para a tomada de decisão, para a instrumentalização do controle social e à prestação de contas CFC (2008).

Conforme o CFC (2008) o campo de atuação da CASP alcança todas as entidades pertencentes ao setor público, observando as seguintes normas técnicas:

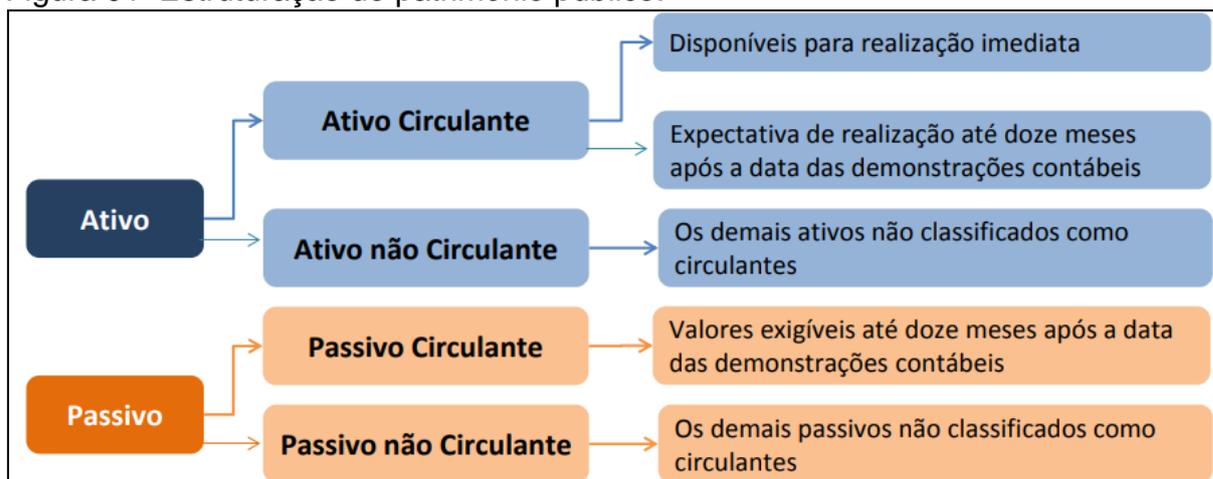
- Todos os conselhos profissionais e serviços sociais das entidades governamentais;
- Parcialmente, os demais órgãos públicos, garantindo os procedimentos necessários para o controle social e a prestação de contas.



### 2.2.1 Patrimônio público

O Patrimônio Público é o conjunto de bens e direitos, tangíveis ou intangíveis, adquiridos, onerados ou não, formados, recebidos, produzidos, mantidos ou utilizados pelos órgãos públicos para suas atividades, que represente um fluxo de benefícios presente ou futuro, ou seja, portador, e suas obrigações CFC (2008). O Patrimônio Público é estruturado conforme demonstra na Figura 01.

Figura 01–Estruturação do patrimônio público:



Fonte: Adaptado de CFC (2008).

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, os circulantes que estarem disponíveis para realização imediata ou tiverem a expectativa de realização ou exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis. Os demais ativos ou passivos devem ser classificados como não circulante CFC (2008).

### 2.2.2 Depreciação de bens públicos

A depreciação é regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade pela publicação das portarias de nº 1.128 a 1.137 do ano de 2008 que regulamentam as dez primeiras NBC-T-SP, que têm como objetivo principal apresentar métodos e ações que orientem os procedimentos contábeis para o reconhecimento, registro e evidenciação dos fenômenos relacionados a ativos, passivos, receitas e despesas. As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) nº 16.9, tratam especificamente da reavaliação e depreciação de Bens Públicos, a mesma regulamenta os procedimentos contábeis que devem ser observados no intuito de se avaliar e evidenciar corretamente os bens que constituem o patrimônio público CFC (2008).

Esta norma é de grande valia, pois traz ao setor público a aplicação da Depreciação, Amortização e Exaustão, que outrora, não eram consideradas na maioria das entidades. Na linguagem popular e técnica é frequentemente utilizado o termo depreciação, na maioria das vezes ligada à ideia de valor, porém esse valor, em geral, nunca é bem definido. A depreciação está relacionada no sentido de perda



e eficiência funcional dos bens, como máquinas, instalações, veículos entre outros (IUDÍCIBUS, 1998).

Existem dois tipos de depreciação; depreciação real e depreciação contábil, enquanto na depreciação real o equipamento perde seu valor devido o desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência, na depreciação contábil o bem perde valor contábil desde o momento em que é adquirido até o momento que ocorre o desgaste e obsolescência (BRASIL, 2017 e MARTINS, 2010). A Receita Federal fixou taxas consideradas aceitáveis para dedução de bens conforme o Quadro 03.

Quadro 03 – Taxas de depreciação referentes a veículos

Capítulo 87			
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres.			
Referência NCM	Bens	Prazo De Vida Útil (Anos)	Taxa Anual de Depreciação
8701	Tratores (exceto os carros-tratores da posição 8709)	4	25 %
8702	Veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista.	4	25 %
8703	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas (exceto os da posição 8702), incluídos os veículos de uso misto ("stationwagons") e os automóveis de corrida.	5	20 %
8704	Veículos automóveis para transporte de mercadorias.	4	25 %
8705	Veículos automóveis para usos especiais (por exemplo: auto socorros, caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndios, caminhões-betoneiras, veículos para varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas, veículos radiológicos), exceto os concebidos principalmente para transporte de pessoas ou de mercadorias.	4	25 %
8711	Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais.	4	25 %
8716	Reboques e semirreboques, para quaisquer veículos; outros veículos não auto propulsores.	5	20 %

Fonte: Adaptado de Brasil (2017).

A taxa de depreciação é fixada em função do prazo, durante o qual se possa esperar a utilização econômica do bem pelo contribuinte na produção dos seus rendimentos. Para veículos automóveis de transporte de mercadorias a taxa de depreciação é de 25% ao ano, ou seja, o período de vida útil é de quatro anos. Para veículos automóveis de passageiros a taxa de depreciação é de 20% ao ano, que corresponde ao período de cinco anos de vida útil, isto segundo a Receita Federal. No Quadro 03 podem-se observar as taxas de depreciação referentes a veículos (RIR/1999, art. 310) (BRASIL, 2017).

### 2.2.3 Sistema contábil público

O sistema contábil público é a estrutura de informações sobre mensuração, identificação, registro, controle, avaliação e evidenciação dos atos e fatos da gestão



do patrimônio público. O sistema é essencial no processo de decisão, na instrumentalização do controle social e na prestação de contas CFC (2008).

As informações da Contabilidade Aplicada ao Setor Público são organizadas em um sistema de informações. O Quadro 04 mostra a divisão dos subsistemas contábeis CFC (2008).

Quadro 04 – Divisão dos subsistemas contábeis.

Subsistema		Conceito	
<b>Informações do subsistema orçamentário</b>		A dimensão dos produtos e serviços prestados; função, atividades, projetos, programas executados; centros de responsabilidade – poderes e órgãos, identificados e mensurados a partir do planejamento público, podendo se valer, ou não, das classificações orçamentárias existentes.	
<b>Informações do subsistema patrimonial</b>		A dimensão dos produtos e serviços prestados, identificados e mensurados a partir das transações quantitativas e qualitativas afeta ao patrimonial da entidade consoante os Princípios de Contabilidade.	
<b>Custos</b>	<b>Sistema de Acumulação</b>	<b>Por Ordem</b>	É o sistema de acumulação que compreende especificações predeterminadas do serviço ou produto demandado, com tempo de duração limitado. As ordens são mais adequadas para tratamento dos custos de investimentos e de projetos específicos, por exemplo, as obras e benfeitorias.
		<b>Forma Contínua</b>	É o sistema de acumulação que compreende demandas de caráter continuado e são acumuladas ao longo do tempo.
	<b>Sistema de Custeio</b>		Está associado ao modelo de mensuração e desse modo podem ser custeados os diversos agentes de acumulação de acordo com diferentes unidades de medida, dependendo das necessidades dos tomadores de decisões. No âmbito do sistema de custeio, podem ser utilizadas as seguintes unidades de medida: custo histórico; custo-corrente; custo estimado; e custo padrão.
	<b>Método de Custeio</b>	<b>Direto</b>	É o custeio que aloca todos os custos – fixos e variáveis – diretamente a todos os objetos de custo sem qualquer tipo de rateio ou apropriação.
		<b>Variável</b>	Que apropria aos produtos ou serviços apenas os custos variáveis e considera os custos fixos como despesas do período.
		<b>Absorção</b>	Que consiste na apropriação de todos os custos de produção aos produtos e serviços.
		<b>Atividades</b>	Que considera que todas as atividades desenvolvidas pelas entidades são geradoras de custos e consomem recursos. Procura estabelecer a relação entre atividades e os objetos de custo por meio de direcionadores de custos que determinam quanto de cada atividade é consumida por eles.
		<b>Pleno</b>	Que consiste na apropriação dos custos de produção e das despesas aos produtos e serviços.

Fonte: Adaptado de CFC (2008).

Conforme o CFC (2008), os subsistemas são integrados entre si e a outros subsistemas de informações, de modo a apoiar a administração pública sobre:

- a) desempenho da unidade contábil no suprimento da sua missão;



- b) avaliação dos resultados obtidos na execução dos programas de trabalho com relação à economicidade, à eficiência, à eficácia e à efetividade;
- c) avaliação das metas estabelecidas pelo planejamento;
- d) avaliação dos riscos e das contingências.

Os subsistemas oferecem dados diferentes em razão da respectiva especificidade. Eles convergem para o produto final, que são as informações sobre o patrimônio público CFC (2008).

#### 2.2.3.1 Subsistema de informação de custos do setor público (SICSP)

O CFC (2008) determina que o Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) apresente os registros, os processos e evidencie os custos por objeto de custo. O SICSP tem por objetivo:

- (a) mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da entidade;
- (b) apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas, estimulando a melhoria do desempenho dessas entidades;
- (c) apoiar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço;
- (d) apoiar as funções de planejamento e orçamento, fornecendo informações que permitam projeções mais aderentes à realidade com base em custos incorridos e projetados;
- (e) apoiar programas de redução de custos e de melhoria da qualidade do gasto CFC (2008).

Para alcançar seus objetivos, o SICSP deve ter tratamento apropriado, abordagem tecnológica adequada que possibilite atuar com as diversas dimensões (numérica, temporal, organizacional), possibilitando a análise histórica de custos sob o olhar das atividades-fins ou administrativas. Recomenda-se o uso de ferramentas que facilitem o acesso às informações para a elaboração de relatórios e a análise de dados CFC (2008).

A utilização do SICSP é obrigatória em todas as entidades públicas. É relevante por seu impacto sobre a gestão pública no ponto de vista legal e na sua utilidade, pois vários dispositivos legais determinam a apuração de custos no setor público como requisito de prestação de contas e transparência CFC (2008).

O CFC (2008) afirma que os serviços públicos devem ser identificados, medidos e relatados em um sistema elaborado para o gerenciamento de custos públicos. Os atributos da informação de custos podem ser observados no Quadro 05.

Quadro 05 – Atributos da informação de custos.

Atributos	Conceitos
Relevância	Entendida como a qualidade que a informação tem de influenciar as decisões de seus usuários auxiliando na avaliação de eventos passados, presentes e futuros.

Continua ...



... Continuação

<b>Utilidade</b>	Deve ser útil à gestão tendo a sua relação custo benefício sempre positiva.
<b>Oportunidade</b>	Qualidade de a informação estar disponível no momento adequado à tomada de decisão.
<b>Valor social</b>	Deve proporcionar maior transparência e evidenciação do uso dos recursos públicos.
<b>Fidedignidade</b>	Referente à qualidade que a informação tem de estar livre de erros materiais e de juízos prévios, devendo, para esse efeito, apresentar as operações e acontecimentos de acordo com sua substância e realidade econômica e, não, meramente com a sua forma legal.
<b>Especificidade</b>	Informações de custos devem ser elaboradas de acordo com a finalidade específica pretendida pelos usuários.
<b>Comparabilidade</b>	Entende-se a qualidade que a informação deve ter de registrar as operações e acontecimentos de forma consistente e uniforme, a fim de conseguir comparabilidade entre as distintas instituições com características similares. É fundamental que o custo seja mensurado pelo mesmo critério no tempo e, quando for mudada, esta informação deve constar em nota explicativa.
<b>Adaptabilidade</b>	Deve permitir o detalhamento das informações em razão das diferentes expectativas e necessidades informacionais das diversas unidades organizacionais e seus respectivos usuários.
<b>Granularidade</b>	Sistema que deve ser capaz de produzir informações em diferentes níveis de detalhamento, mediante a geração de diferentes relatórios, sem perder o atributo da comparabilidade.

Fonte: Adaptado de CFC (2008).

O CFC (2008, p. 54) define que a entidade governamental deve apresentar nas demonstrações de custos os objetos de custos, evidenciando separadamente:

- (a) o montante de custos dos principais objetos, demonstrando separadamente: a dimensão programática: programas e ações, projetos e atividades; dimensão institucional ou organizacional e funcional; outras dimensões;
- (b) os critérios de comparabilidade utilizados, tais como: custo padrão; custo de oportunidade; custo estimado;
- (c) a título de notas explicativas: o método de custeio adotado para apuração dos custos para os objetos de custos; os principais critérios de mensuração; e as eventuais mudanças de critérios que possam afetar à análise da comparabilidade da informação CFC (2008).

Nas informações de custos, é obrigatória a utilização dos princípios de contabilidade, sobretudo o da competência, devendo ser ajustado conforme a necessidade, quando algum registro for efetuado de forma diferente CFC (2008).

É importante que a organização tenha interesse em apresentar os seus custos unitários. Para tal apresentação, a mesma deve utilizar os vários métodos de custeio já existentes, respeitando, todavia as etapas naturais do processo de formação de custo dentro do nível hierárquico CFC (2008).

Na etapa natural, tem-se os seguintes processos: a identificação dos objetos de custos; a mensuração dos custos diretos; a alocação dos custos diretos aos objetos de custos, a distinção dos custos diretos dentro da classe de objetos definidos; a identificação dos custos indiretos; a seleção do modelo de alocação dos custos indiretos, observando sua importância e sua relação custo/benefício CFC (2008).



Para a mensuração de custos no setor público, as entidades podem utilizar as cotas de distribuição de custos indiretos. Essas podem ser selecionadas de acordo com a área ocupada; o volume ocupado em depósitos; a dotação planejada disponível; o consumo de energia; a quantidade de ordens de compra emitida para fornecedores; o número de servidores na unidade administrativa responsável, dentre outros fatores. A seleção será de acordo com as características do objeto de custo CFC (2008).

O SICSP deve coletar as informações dos demais sistemas da entidade pública. Ele deve ser integrado com o processo de orçamento e planejamento, utilizando a mesma base e se referir aos mesmos objetos de custos, possibilitando o controle entre o orçado e o executado. Dessa forma, a informação de custos será um vetor de alinhamento e aperfeiçoamento do planejamento e orçamento futuro CFC (2008).

#### 2.2.4 Estudos anteriores

O estudo realizado por Santos (2014) sobre implantação do Subsistema de Informações de Custo no Setor Público apresenta uma visão geral das diretrizes a serem adotadas, enfocando nas etapas de estudos, planejamento e implantação de ações para implementação de um modelo de SICSP, demonstrando, a mensuração, acumulação e disponibilização de informações de custos por objeto, as quais poderão ser utilizadas para fins de análise e gestão de custos a seguir apresentado no Quadro 06.

Quadro 06 - Visão geral das diretrizes a serem implantadas para adoção do SICSP

Módulos	Objetivo	Etapas
Módulo I	Aborda as fases de Estudos e Planejamento das Ações.	1. Definição de matriz de objetivos organizacionais em atendimento ao disposto na NBC TSP 16.11; 2. Elaboração de diagnóstico da entidade; 3. Construção da matriz de objetos de custos; 4. Plano de implantação;
Módulo II	Trata dos procedimentos operacionais para Implantação de Ações.	5. Controle dos bens e serviços consumidos na produção dos serviços disponibilizados à sociedade e concessão de informações patrimoniais do consumo por insumo e por objeto de custos; 6. Validação dos dados gerados pelos subsistemas estruturantes acerca das informações patrimoniais por insumo e por objeto de custo, bem como dos custos orçados e quantidades de produtos, estimada e realizada; 7. Recebimento, processamento e geração (saída) de informações contábeis patrimoniais; 8. Recebimento e processamento das informações patrimoniais aos seus respectivos Objetos de Custos, conforme matriz definida pela entidade; 9. Disponibilização (saída) das informações de custos por objeto conforme matriz definida pela entidade, a qual pode ser utilizada para fins de diversas análises e gestão de custos.
Módulo III	Trata da fase de análise e gestão das informações de custos.	10. Geração de informação de forma acumulativa, possibilitando uma visão geral das informações de custo.

Fonte: Adaptado de Santos (2014).



O modelo proposto por Santos (2014) norteia o processo de implantação do SICSP. Considerando que ele serve de parâmetro para geração de informações de custos a partir das informações patrimoniais conforme a NBC T 16.11. Todavia, diante do enfoque deste artigo surge à necessidade de ampliar e ajustar os procedimentos e métodos contidos no modelo proposto para atender as necessidades da frota veicular do Município de Criciúma.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção refere-se aos procedimentos metodológicos utilizados para realizar o presente estudo. Posteriormente, abordam-se os critérios utilizados para a coleta e análise dos dados.

Cervo, Bervian e Silva (2007) afirmam que a pesquisa é uma forma de buscar respostas, soluções ou esclarecimentos em processos científicos para problemas teóricos e práticos. Sendo assim, a pesquisa é utilizada quando alguma dúvida ou problema é apresentado.

Em relação à abordagem do problema, este foi de forma qualitativa. A pesquisa qualitativa descreve a complexidade de determinado problema, analisando a interação de algumas variáveis, compreendendo e classificando processos dinâmicos vividos por grupos sociais (RICHARDSON, 1999). Dessa forma, a pesquisa qualitativa apresenta como melhor compreender algumas ferramentas da contabilidade de custos.

Em relação aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois tem como objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis (GIL, 1999).

Andrade (2002) destaca que a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem fazer qualquer alteração nos dados.

A pesquisa é participante devido ao fato de o pesquisador ser pertencente ao quadro de funcionários da prefeitura objeto de estudo e responsável pelo setor em que a pesquisa será aplicada. Silva e Grigolo (2002) afirmam que a pesquisa participante é caracterizada pela interação dos membros das situações pesquisadas e os pesquisadores.

Sobre os procedimentos, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental que baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1999). Este tipo de pesquisa visa, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair algum sentido (SILVA; GRIGOLO, 2002). A pesquisa documental foi realizada pelo uso das informações contidas nas planilhas de controle do departamento de patrimônio da prefeitura municipal de Criciúma o qual o autor atua no cargo de chefe da frota veicular, informações como o departamento em que o veículo está em uso, valores pagos com apólices de seguro, valores de aquisição dos veículos entre outras informações necessárias para construção deste artigo.

Efetou-se também um estudo de caso no Município de Criciúma. Para Yin, (2002) o estudo de caso é importante para compreender fenômenos sociais complexos. Cervo, Bervian e Silva (2007) afirmam que o estudo de caso é a



pesquisa sobre determinada comunidade, grupo ou indivíduo que seja representativo em seu meio, para examinar aspectos variados de sua rotina.

Desta forma, faz-se saber que sobre a abordagem do problema o estudo foi realizado de forma qualitativa. Quanto aos objetivos, o estudo abrange a forma descritiva. E quanto aos procedimentos, foi elaborada uma pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, estudo de caso e pesquisa participante.

O estudo deste trabalho será realizado na frota de veículos do Município de Criciúma. Para a concretização deste trabalho, serão utilizados referenciais teóricos e pesquisa documental por meio de informações fornecidas pela Prefeitura, no período de fevereiro a março de 2018. Objetivando demonstrar a importância do subsistema de informação de custos dentro da organização.

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Apresenta-se nesta seção o estudo de caso realizado no Município de Criciúma, com o intuito de apresentar uma proposta de implementação do SICSP. A seção aborda a caracterização do setor público, a descrição da estrutura organizacional do Município de Criciúma, a divisão dos veículos por centro de custo e apresentação da proposta modelo de implantação do SICSP.

##### **4.1 MUNICÍPIO DE CRICIÚMA**

Criciúma é um município brasileiro situado no estado de Santa Catarina, região sul do país, na mesorregião do Sul Catarinense, microrregião de Criciúma. Segundo as estatísticas do IBGE de 2017, conta com 211.369 habitantes, sendo a principal cidade da Região Metropolitana Carbonífera, além de ser a cidade mais populosa do Sul Catarinense, e a quinta maior do estado de Santa Catarina. A cidade é polo industrial em diversos setores, dentre eles: confecção, embalagem, cerâmico, metalmeccânico, extração do carvão mineral, construção civil, material gráfico e, plásticos e descartáveis.

Chefe do Executivo, o prefeito é a principal autoridade do município. Cabe a ele atuar em parceria com os governos estadual e federal para beneficiar a população local. Conforme o Portal Brasil, com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o administrador municipal, o prefeito deve:

- Arrecadar, administrar e aplicar os impostos municipais;
- Proteger o patrimônio histórico-cultural do município;
- Garantir o transporte público e a organização do trânsito;
- Pavimentar ruas, preservar e construir espaços públicos, como praças e parques;
- Buscar convênios, benefícios e auxílios para o município que representa;
- Apresentar projetos de lei à Câmara Municipal, além de sancionar ou vetar;
- Zelar pelo meio ambiente, pela limpeza da cidade e pelo saneamento básico;



- Implementar e manter, em boas condições de funcionamento, postos de saúde, escolas e creches municipais, além de assumir o transporte escolar das crianças.

Para executar tais funções, o chefe do executivo do Município de Criciúma conta com uma estrutura organizacional dividida conforme a figura 02.

Figura 02 – Organograma estrutura organizacional de serviços do Município de Criciúma.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

A Figura 02 apresenta as principais ramificações da estrutura organizacional do Município de Criciúma, cada um com sua função específica para execução dos serviços públicos. Neste contexto, a frota veicular é de suma importância, pois desempenha funções essenciais, proporcionando a locomoção que garante o funcionamento e o cumprimento dos objetivos de cada setor; como o transporte de medicamentos, estudantes e pacientes; serviços administrativos, entre outras funções que necessitam de deslocamento.

A frota veicular pertencente ao Município de Criciúma está distribuída conforme o Quadro 07.

Quadro 07 – Distribuição da frota veicular.

Setores		Veículos Leves	Veículos Pesados	Ônibus Micro	Utilitários	Motocicletas	Total
<b>Gabinete</b>	<b>Prefeito e Vice-Prefeito</b>	3		1			<b>4</b>

Continua ...

... Continuação

Fundações	Meio Ambiente	4	1		3	1	9
	Esportes	1		1	1		3
	Cultural	1			1		2
Diretórias	Comunicação	1					1
	Tecnologia da Informação	2					2
	Logística	4					4
	Trânsito e Transporte	7	3	1	2	7	20
Secretarias	Geral						0
	Saúde	39		5	13	14	71
	Fazenda	8	2				10
	Educação	4	1	16			20
	Assistência Social	11	1	1			13
	Infraestrutura Planejamento e Mobilidade Urbana	20	40	6	12	2	80
	Procuradoria	1				1	2
Órgãos	Procon	1					1
	Criciumaprev	1					1
	Defesa Civil				1	2	3
<b>Total:</b>							<b>247</b>

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A divisão dos veículos é feita conforme a necessidade de cada setor para execução dos serviços. O custo de cada veículo altera conforme a quantidade de quilômetros percorridos, a data de aquisição e o tempo de uso.

Para controlar estes custos o CFC (2008) define o Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) como ferramenta de controle de custo, atualmente o Município de Criciúma não possui esta ferramenta, os custos dos veículos são mesurados de forma global e não por objeto de custo. Por exemplo, na compra de combustível o gestor só possui o valor total da nota e a quantidade de combustível comprada, o SICSP fornece ao gestor informação de quanto foi gasto com combustível de um veículo específico.

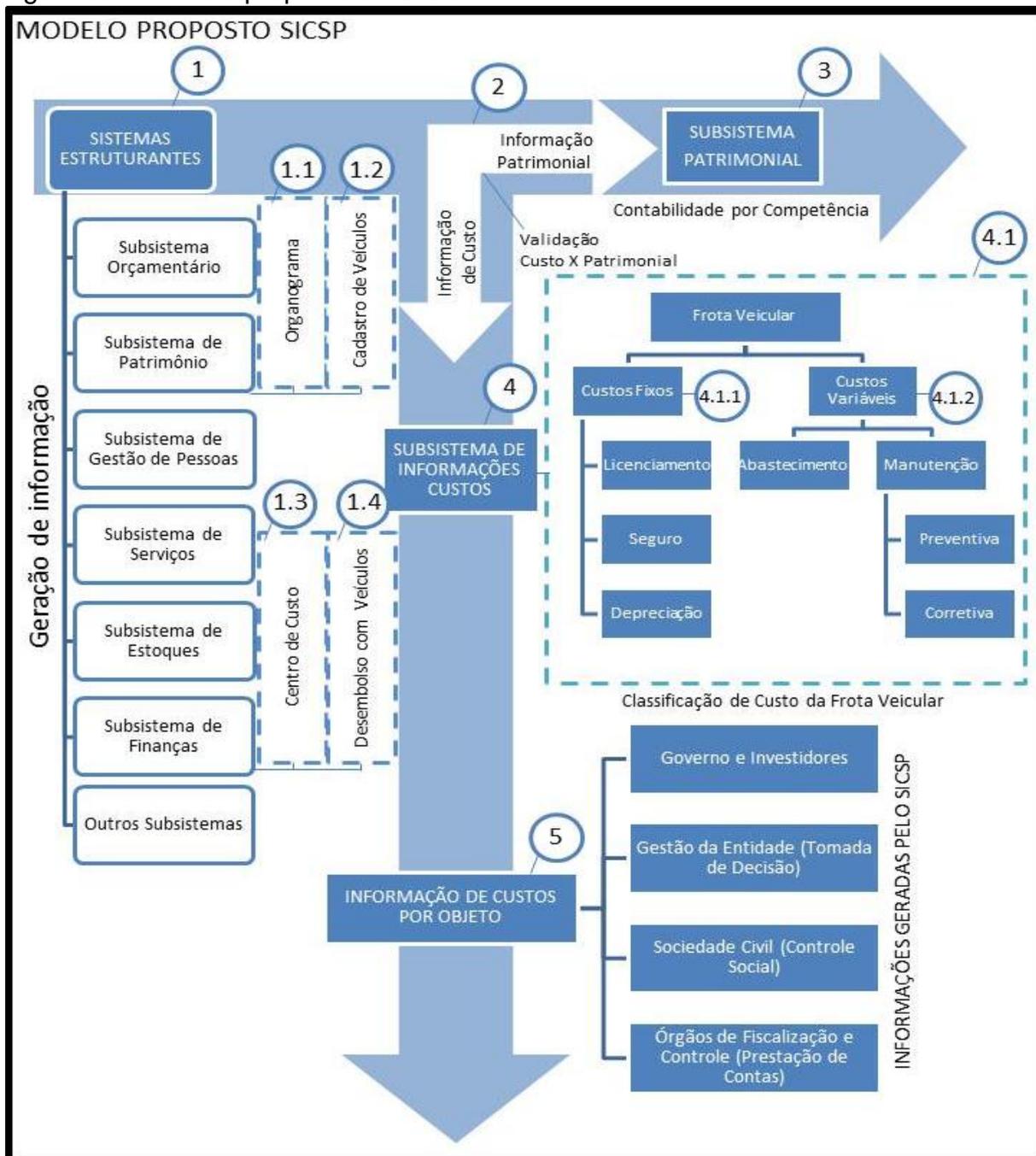
Os demais gastos com os veículos também são registrados de forma global sem tem informação necessária de custo para que o gestor possa avaliar os gastos de forma detalhada e individual da frota veicular.

#### 4.2 PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO (SICSP)

A partir das informações mencionadas no item 2.2.3.1 deste trabalho, o subsistema proposto será construído de forma a mensurar os custos por objeto de custo, com base nas informações existentes, que serão geradas pelos sistemas estruturantes e validada pelo sistema de contabilidade da entidade.

A Figura 03 fornece uma visão geral do registro de dados, mensuração, acumulação e disponibilização de informações de custos por objeto, as quais poderão ser utilizadas para fins de análise e gestão de custos.

Figura 03 – Modelo proposto do SICSP



Fonte: Adaptado de Santos (2014).

O modelo para proposta de SICSP está estruturado de forma que as informações são inseridas nos subsistemas estruturantes, e por meio de interligações com os demais subsistemas, geram informação para análise de dados de custo.



Pelo exposto, o modelo proposto do SICSP, está estruturado em cinco etapas, entretanto, neste trabalho, serão aprofundados apenas as etapas quatro e cinco da forma que segue:

Etapa 01 - Sistemas Estruturantes - Estes são utilizados pela entidade para controlar e gerenciar os recursos. Tais recursos podem ser humanos, materiais, financeiros, patrimoniais, dentre outros. Para que o SICSP possua as informações necessárias para efetuar análise eficaz, o Município de Criciúma conta com os subsistemas Orçamentários, de Finanças, Gestão de Pessoas, de Patrimônio, Estoques e Serviços.

Etapa 1.1 – Organograma - Está inserido no subsistema de Patrimônio, para alimentação do SICSP, são evidenciadas as principais informações e características da estrutura organizacional do Município de Criciúma, com a geração de dados dos setores do Município.

Etapa 1.2 – Cadastro de Veículos – Está inserido no subsistema de Patrimônio, para alimentação do SICSP, são evidenciadas as principais informações e características dos veículos, tais como: número da frota, placa, renavam, número chassi, ano de fabricação, número de cilindradas, cor, tipo de combustível, centro de custo, dentre outras especificações necessárias para o controle da frota e aplicação dos princípios da depreciação.

Etapa 1.3 – Centro de Custos – Está inserido no subsistema de Finanças, para que os custos sejam apropriados no setor, onde os automóveis estão sendo utilizados e para que se tenha um efetivo controle dos custos, é imprescindível a classificação dos centros de custos.

Atualmente o Município de Criciúma possui em seu cadastro de Centro de Custos 115 fontes de recursos, as quais são utilizadas para o pagamento de suas obrigações. Para as obrigações referentes à frota veicular são utilizados os seguintes Centros de Custos apresentados no Quadro 08.

Quadro 08 - Centros de custos do Município de Criciúma.

Fonte	Descrição
001/2018	Gabinete
131/2018	Fundação Municipal Meio Ambiente
094/2018	Fundação Municipal de Esportes
097/2018	Fundação Municipal Cultural
008/2018	Diretoria de Comunicação
010/2018	Diretoria de Tecnologia da Informação
009/2018	Diretoria de Logística
011/2018	Diretoria de Trânsito e Transportes
099/2018	Secretaria Municipal de Saúde
042/2018	Secretaria Municipal de Fazenda
040/2018	Secretaria Municipal de Educação
085/2018	Secretaria Municipal de Assistência Social
057/2018	Secretaria Municipal de Infraestrutura Planejamento e Mobilidade Urbana
017/2018	Procuradoria Geral
020/2018	Procon
159/2018	Criciumaprev
148/2018	Defesa Civil



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Etapa 1.4 - Desembolso com Veículos – Está inserido no subsistema de Finanças, para fins de geração de informações do SICSP são registrados todos os desembolsos em seu subsistema, correspondentes aos veículos, tais como taxa de licenciamento, seguro DPVAT, manutenção, abastecimento de combustível, seguro veicular, dentre outros.

O registro de pagamento deve conter os dados específicos para ligação com os demais subsistemas, possibilitando definir o tipo de custo e qual o centro de custo em que o mesmo está vinculado.

Etapa 2 - Validação das Informações - É a fase em que acontece a validação dos dados, para que sejam direcionadas as informações de custo para o SICSP e demais informações para subsistema Patrimonial. Tais informações devem seguir os princípios de contabilidade, especialmente o da competência, pois estas informações serão a base de dados do SICSP.

O SICSP necessita de uma base de dados por objeto de custo, para tal a contabilidade estabelece parâmetros para que as informações sejam registradas de forma específica para cada veículo.

Etapa 3 - Subsistema Patrimonial - Registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público.

Etapa 4 - Subsistema de Informações de Custos - É tratado pela NBC 16.11, que determina que o SICSP apresente os registros, processos e evidencie os custos dos objetos de custos produzidos e oferecidos pela entidade governamental. Para fins deste estudo serão explanados os custos específicos da frota veicular divididos em fixos e variáveis.

Etapa - 4.1 Frota Veicular - Os custos da frota veicular, quando a sua categoria será distribuídos em custo fixo e custo variável, conforme Figura 04.

Figura 04 – Classificação de custo da frota veicular.



Fonte: Elaborado pelo autor (2018).



Etapa 4.1.1 - Custos Fixos - Correspondem às despesas operacionais dos veículos que não se alteram conforme a distância percorrida, existem mesmo quando os veículos estão parados.

No lançamento das informações de licenciamento, DPVAT, Seguro e depreciação, a placa do automóvel é a ligação com o subsistema de patrimônio. Pode-se, por exemplo, emitir um relatório com os valores a pagar em determinado mês de acordo com o final da placa do automóvel. Na relação constarão também outras informações dos veículos listados, tais como modelo, ano de fabricação, centro de custo, dentre outros.

As informações do Ano de Exercício e Pagamento são essenciais para definição dos custos no sistema, além dos dados adicionais. As prefeituras municipais pagam apenas o valor correspondente ao seguro DPVAT e licenciamento, pois estão isentas do pagamento do IPVA, devido ao fato deste último imposto ser municipal.

São informações importantes os dados referentes ao seguro veicular, ao ano de exercício e pagamento, à segurada, à apólice, ao valor da franquia e ao valor segurado, pois, é por meio desses dados que o gestor solicita os serviços da seguradora em caso de sinistro.

A depreciação é iniciada na data de aquisição do automóvel. O Município de Criciúma deprecia seus veículos, respeitando a NBC T.16.9 que torna os ajustes, de depreciação, amortização e exaustão, obrigatórios no setor público. A depreciação dos veículos pode ser utilizada no planejamento com a intenção de substituição do bem por ocasião de sua obsolescência.

Etapa 4.1.2 - Custos Variáveis - A mensuração dos custos variáveis da frota do Município de Criciúma está ligada à quantidade de quilômetros percorridos. Ou seja, esses custos podem ser elevados ou não em virtude da idade do automóvel, quilometragem percorrida e a necessidade de manutenções com o decorrer do tempo.

Para Santos, Oliveira e Junior (2014) e Santos (2016) salientam que a classificação de custos variáveis no setor público é influenciada pelos níveis de atividades. Onde os custos variáveis são relacionados ao consumo dos veículos, como, por exemplo, os custo de pneus, combustível e manutenção.

Um aspecto importante no cadastramento é o tipo de manutenção, pois ela pode ser de caráter preventivo, como uma troca de óleo, pneu e filtros, ou pode ser de caráter corretivo, como a troca de motor de arranque, peças que compõem partes do motor, dentre outros serviços que podem ser causados devido ao mau uso do automóvel ou pela idade avançada do mesmo.

Para o controle de custo de abastecimento de combustível, a placa do veículo é utilizada, novamente, como vínculo de ligação de dados com os demais subsistemas, este controle traz consigo informações da quantidade abastecida, quilômetros percorridos, valor por litro de combustível, tipo de combustível, entre outras informações necessárias para gerenciar o serviço.

Etapa 5 - Informação de Custos por Objeto - A emissão de relatórios é o principal objetivo do acúmulo de dados no SICSP, pois, por meio dos relatórios pode-se analisar os dados de forma organizada e acumulativa. A seleção do tipo de relatório possibilita a emissão de um relatório individual ou coletivo conforme Figura 05.



Figura 05 – Relatórios

Individual	Coletivo
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número da Frota</li> <li>• Placa</li> <li>• Renavam</li> <li>• Número do Chassi</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modelo</li> <li>• Ano de Fabricação</li> <li>• Número de Cilindradas</li> <li>• Tipo Combustível</li> <li>• Centro de Custo</li> <li>• Setor</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Os relatórios apresentam os custos acumulados em um determinado período, possibilitando ao gestor uma visão ampla dos gastos feitos em virtude da frota veicular. Na tomada de decisão é importante que o gestor tenha conhecimento dos custos dos automóveis de forma individual, para determinar a obsolescência ou inviabilidade, por meio da análise dos custos com manutenção preventiva e corretiva.

Os relatórios individuais geram informações que possibilitam a detecção de fraudes ou furtos na frota veicular, estas podem ocorrer na parte de abastecimento ou na manutenção. Por meio das informações fornecidas pelo SICSP o gestor pode visualizar quantos quilômetros o veículo percorre por litro de combustível, quantos quilômetros são percorridos para troca de pneus, qual o valor e as peças utilizadas para manutenção do veículo por quilômetros rodados, entre outras informações que sevem de subsídio para tomada de decisão do gestor.

As demonstrações, em modo agrupado possibilitam ao gestor comparar os custos de cada modelo ou classificação de veículo específico. Foi adquirido recentemente 45 veículos da marca FIAT, modelo MOBI para o Município de Criciúma, por meio deste relatório o gestor pode analisar os custos especificamente de modelo de veículo e fazer análise da viabilidade do mesmo para o Município. Também permitem visualizar os custos por centro de custos, comparando os mesmos com as funções de cada centro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi elaborado com o intuito de demonstrar a importância da utilização da contabilidade de custo e os benefícios que as informações geradas por ela traz para tomada de decisão. O objetivo geral deste artigo é desenvolver uma proposta de modelo de subsistema de informação de custos para os veículos pertencentes ao Município de Criciúma - SC. Tendo por finalidade apresentar o modelo do subsistema de informação de custo no setor público (SICSP) e a importância da utilização do mesmo dentro do Município de Criciúma. Tal objetivo foi alcançado através do estudo bibliográfico e posteriormente pela aplicação do estudo de caso. Os três objetivos específicos traçados para alcançar o objetivo principal foram inteiramente realizados.

O primeiro objetivo específico deste artigo, discorrer sobre as ferramentas da Contabilidade de Custos, foi alcançado na seção 2, onde apresentou-se conceitos e



definições da contabilidade de custo e algumas de suas ferramentas, foi abordada também, a contabilidade de custo no setor público.

O segundo objetivo era o de caracterizar a frota veicular do Município de Criciúma, foi atingido na seção 4 deste artigo. Nesta etapa, foi apresentado a quantidade de veículos e a sua distribuição nos centros de custos.

Por fim, o terceiro objetivo específico, que era o de apresentar, por meio do estudo de caso, uma visão sistemática da arquitetura do SICSP para o Município de Criciúma, com o foco no custo da frota veicular, foi desenvolvido na seção 4, onde, por meio dos dados coletados do Município de Criciúma e conceitos da NBC 16, foi proposto um modelo de SICSP para os veículos da frota do Município.

Dessa forma, diante de todo o processo percorrido, conclui-se que a aplicação dos conceitos da contabilidade de custo, juntamente com as normas contábeis aplicadas no setor público, fornecem informações para a o desenvolvimento de SICSP, este por sua vez possibilita a emissão de relatórios com informações por objeto de custo que são subsídios para o gestor na tomada de decisão, por meio dos relatórios pode-se analisar os dados de forma organizada e acumulativa.

Os relatórios apresentam os custos acumulados dos sistemas estruturantes em um determinado período, possibilitando ao gestor uma visão ampla dos gastos feitos em virtude da frota veicular. Na tomada de decisão, é essencial que o gestor tenha conhecimento dos custos dos automóveis de forma individual para determinar a obsolescência ou inviabilidade, através da análise dos custos com manutenção preventiva e corretiva.

As demonstrações em modo agrupado possibilitam ao gestor comparar os custos de cada modelo ou classificação de veículo específico. Também permite visualizar os custos por centro de custos, comparando os mesmos com as funções de cada centro.

Ressalta-se que a maior fonte de coleta de referencial teórico, acerca da contabilidade no setor público, constitui-se nas informações contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Estas informações foram consideradas como única fonte de obtenção dos dados necessários para a aplicabilidade na área governamental, constituindo-se, assim, como a limitação da pesquisa.

Apesar de a pesquisa ter se baseado especificamente na frota veicular do Município de Criciúma, as informações que o modelo do SICSP fornece são válidas para o controle de custos de qualquer prefeitura municipal ou órgão público que utilize o subsistema patrimonial como principal.

Por meio da cooperação entre os setores de tecnologia e informação, secretaria da fazenda e demais setores que fazem parte da estrutura organizacional do Município de Criciúma, estão sendo atualizados os subsistemas estruturantes melhorando os registros das informações patrimoniais e inicia a negociação e preparação para compra e implementação de um SICSP na entidade. Não é possível mesurar os valores que o SICSP vira a gerar de economia para a mesma, pois atualmente os valores de gastos são registrados de forma global, porém as informações de objeto de custo de o SICSP iram fornecer serão um fator importante para qualquer análise de redução de custo.



Cada entidade publica possui subsistemas necessários para os registros específicos das suas informações, recomenda-se que este estudo seja aplicado nos demais custos do Município de Criciúma.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal: novos métodos após a LC nº 101/00 e as classificações contábeis advindas da SOF e STN.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. **Depreciação de Bens do Ativo Imobilizado.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2005/pergresp2005/pr360a373.htm>> Acesso em: 08 de out. 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.136. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. NBCs T 16.1 a 16.11/Brasília: 2008. Disponível em: < [http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor\\_P%C3%BAblico.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf) >. Acesso em: 08 out. 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade de Custos.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DUTRA, Rene Gomes. **Custos.** 1 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, José Antônio Stark. **Contabilidade de Custos.** 1 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade de Custos: Teoria e questões comentadas.** 4 ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. **Criciúma 2017.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/criciuma/panorama>>. Acesso em: 20 de março de 2018.

IUDICIBUS, Sergio de. **Contabilidade Gerencial.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Joel José dos. **Contabilidade e análises de custos.** 6. ed. São Paulo:



Atlas, 2011.

SANTOS, Elisangela Fernandes dos. Dissertação de mestrado. **Subsistema de mensuração e acumulação de custos no setor público:** uma contribuição, em conformidade com a NBC TSP 16.11. Disponível em: <[http://www.fucape.br/\\_public/producao\\_cientifica/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Elisangela%20Fernandes%20dos%20Santos.pdf](http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Elisangela%20Fernandes%20dos%20Santos.pdf)>. Acesso em: 20 de março de 2018.

SANTOS, Geovane Camilo; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Godinho; JUNIOR, Edvard Trajano. **O que é mais vantajoso para o município de Patos de Minas: manter próprio ou terceirizar o transporte público escolar rural? Um estudo de caso.** ABCustos, v. 9, n. 2, 2014.

SANTOS, Geovane Santana dos; DANTAS, Lucas Oliveira. **Custo no setor público: construção de um modelo de controle e gestão no serviço de transporte em universidades públicas (UFRB).** 2016.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II.** Caderno Pedagógico. Florianópolis: UDESC, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.